



FLORESTAN FERNANDES, PT, São Paulo.

A questão indígena. Análise, na qualidade de sociólogo e constituinte, de situações e fatos que desnudam os efeitos maléficos do preconceito racial no Brasil, em debate na Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Da Comissão da Ordem social da Assembleia Nacional constituinte de 1987/1988.

Reunião 25.05.1987 / ANC (Atas das Comissões) SNPIM, 25.05.1987, p. 22-25.

O SR. CONSTITUINTE FLORESTAN FERNANDES: – Agradeço à minha companheira Constituinte Benedita da Silva e ao Presidente desta Subcomissão, Deputado Ivo Lech, um exemplo de coragem humana, o convite. Já declarei que admiro essa sua coragem em enfrentar as vicissitudes e dar um exemplo a todos nós da sua vitalidade intelectual e psicológica. Para ser franco com V. Ex.^a não sei bem sobre o que vim falar. A Constituinte Benedita da Silva falou vagamente em questão de minoria. Ora, sou Professor de Sociologia, ainda não me habituei com o papel de Constituinte, e não vim aqui para dar uma aula sobre o conceito sociológico ou etnológico de minoria.

O Professor José Sabóia poderia fazer isto até melhor do que eu. Relatarei duas coisas que são importantes para mim e que marcaram minha vida como pesquisador. Uma, diz respeito ao estudo do índio, outra, diz respeito ao estudo do negro. Com referência a estes assuntos, tenho alguma coisa a dizer. No entanto, antes queria meter a colher torta nesse fim de discussão que ouvi a respeito da situação do presidiário, do encarcerado. Desde Howard, que foi um pioneiro no estudo dos prisioneiros, dos presidiários na Inglaterra, até à moderna, à atual psicologia social, existe o conceito de que essa categoria social acaba fazendo parte de uma minoria também. É uma categoria social que inclusive possui a sua própria subcultura. Então, independentemente dos aspectos legais que o companheiro Constituinte Nelson Seixas levanta aqui – S. Ex.^a tem toda a razão – há aspectos legais envolvidos que não são pertinentes a esta Subcomissão, mas há outros problemas que o são. Como se produz um encarcerado? Como a sociedade produz aquele indivíduo que é chamado de criminoso? Este é um assunto que preocupou os sociólogos, os etnólogos, os filósofos desde o século XVIII, e até os especialistas modernos, que não vêm ao caso mencionar aqui. O criminoso é produto não só de uma carreira, de uma biografia; é produto de uma cultura, de uma sociedade, de uma situação humana. Por isso ele é objeto necessário da discussão dos Senhores, porque é tradicional no Brasil que a nossa sociedade, desde o período escravista produziu pessoas que foram confinadas em categorias que eram todas como de inimigos da ordem. O principal inimigo da ordem na sociedade escravista foi o escravo.



Ele era um inimigo da ordem, porque era um homem privado de liberdade. Outro inimigo da ordem era o homem livre pobre porque numa sociedade escravista, o homem livre pobre não tinha o que fazer; era uma minoria de homens livres pobres que podiam realmente ter uma carreira, uma oportunidade de vida. Existe um livro da Laura de Melo e Souza sobre esta categoria dos excluídos, que foram os homens livres pobres da nossa sociedade escravista. Hoje, temos vários subgrupos, várias subculturas de pessoas que são caracteristicamente marginalizadas, excluídas, e que poderiam ter outro destino, outro aproveitamento na sociedade brasileira, se outra fosse a relação da sociedade brasileira com essas pessoas, se elas fossem concebidas como seres humanos, tratadas como seres humanos e incluídas dentro da ordem social existente.

Com referência à minha própria experiência humana como pesquisador, uma das descobertas que fiz – e não estudei índios vivos, estudei índios desaparecidos, índios Tupi que viveram no Brasil no Século XVI e no Século XVII – foi a controvérsia que existe entre a nossa consciência falsa na nossa História e a realidade histórica viva. Gilberto Freire, um homem de grande valor intelectual, que escreveu obras que são fundamentais na história da Sociologia, da Antropologia cultural no Brasil, afirma, por exemplo, que no Brasil não houve uma política, como ocorreu na América espanhola e em outras áreas coloniais, não houve uma política de extermínio dos indígenas, e a reação dos indígenas à colonização foi pacífica, porque os brancos, por sua vez, trataram os indígenas de uma forma benigna.

Ora, esta é uma mitologia, não é ciência. Peguem um homem como Frei Vicente Salvador, que escreveu uma história objetiva do Brasil, e vejam o que ele afirma ali. Peguem os livros dos cronistas que descrevem situações concretas de contato entre índios e brancos, desde cronistas portugueses e cronistas espanhóis, e até um inglês como Anthony Nivert, e as cartas dos jesuítas, que são relatos fidedignos, os documentos oficiais. A política colonial dos portugueses tinha que ser uma política colonial. Os índios não resistiram, os indígenas nativos não resistiram a conquista, enquanto a conquista não ameaçou a sobrevivência dos índios enquanto comunidades humanas organizadas. Até o período das feitorias a convivência foi pacífica e os conflitos foram ocasionais. Em seguida, quando se estabeleceu a política dos donatários, aí entrou em jogo a questão da propriedade da terra.

Os indígenas começaram a ser expulsos da sua terra, começaram a perder a liberdade da sua pessoa, foram reduzidos à escravidão, perderam o direito à mulher e à família, que eram incorporados à escravaria do conquistador, e outras consequências que não vêm ao caso admitir aqui. Então, o que aconteceu? Aconteceu que eles resistiram à conquista pelos meios de que dispunham, e meios violentos. A chamada Confederação dos Tamoios, que de fato não era uma Confederação dos Tamoios, era uma Confederação de Índios Tupi, e que é muito bem descrita nos livros de Nóbrega. Anchieta e outros cronistas jesuítas, foi formada como uma tentativa última dos indígenas de resistir à conquista.



O grande obstáculo que os indígenas encontraram para se defender contra a conquista portuguesa estava no fato de que a organização tribal impedia a unidade deles, o aparecimento de formações sociais que pudessem enfrentar a invasão portuguesa. Na medida em que eles não tiveram condição de desenvolver uma formação social capaz de resistir ao branco, acabaram ficando expostos a uma política de divisão que os brancos manejaram com muita habilidade, lançando grupos indígenas contra outros, ajudando os brancos a dizimar as populações nativas, e foram vítimas também de incursões montadas pelos brancos para o extermínio sistemático das populações nativas. De modo que a política de extermínio do indígena é uma política que vem da era colonial, e só encontrou uma barreira em consequência da interferência da Igreja Católica regulamentando este assunto, não por causa do Brasil, mas por causa do que ocorreu no México, no Peru e na América Espanhola de uma maneira geral.

Na medida em que o Papa interferiu na natureza das violências que foram praticadas nessas áreas, que foram ainda maiores que as praticadas aqui, porque eram áreas nas quais existia ouro, existiam preciosidades, havia a possibilidade de usar o trabalho indígena, inclusive na mineração, a política destrutiva acabou assumindo aspectos tão desumanos, que os próprios padres acabaram tendo de tomar providência no sentido de levar à Coroa o problema concreto do que representava essa destruição. E hoje podemos avaliar. Há muitos estudos de antropólogos a respeito do assunto. Quanto aos Tupis, posso constatar que a única maneira que os índios Tupis encontraram para fugir à escravidão e à dizimação foi a da migração para novas áreas: aquilo que os cronistas chamavam de fuga para o sertão. Na medida em que os brancos penetravam e ampliavam suas fronteiras, os indígenas tiveram de recuar para conseguir, através do isolamento, condições de autoproteção e de autodefesa. E assistimos hoje ao fim desse processo, os indígenas não têm hoje mais para onde fugir. Eles não podem fugir, não existem mais áreas capazes de assegurar proteção. Graças ao General Rondon e ao Serviço de Proteção ao Índio, surgiu uma legislação de proteção ao índio, mas essa legislação nunca foi obedecida de forma construtiva.

Vários antropólogos fizeram estudos a respeito, mostrando que essa política de proteção ao índio não levou a nada, e, por motivos diferentes, os brancos sempre desejaram as terras dos índios, às vezes para fazendas de criação ou de plantação, outras vezes por causa de jazidas minerais. Chegamos ao extremo, hoje, de o nosso Exército ser um instrumento usado por empresas nacionais e estrangeiras para desalojar os indígenas das áreas em que estes ainda podem sobreviver. Inclusive se usa a artimanha de dizer que é preciso dar cidadania plena ao indígena para que ele decida sobre o seu destino, possa dar uma utilidade maior às suas terras, até negociá-las. É uma maneira de levar à destruição, a limites inconseqüentes. Portanto, aí temos todo um conjunto de problemas muito graves, que temos que enfrentar com coragem. A legislação a respeito das populações indígenas tem que seguir pautas novas.



Durante esse período ditatorial, os indígenas acabaram desenvolvendo-se com a colaboração de organizações, principalmente da Igreja Católica, e também de outras formas de organização, assistência prestada, individualmente, por certos advogados. Acabaram desenvolvendo várias formas de consciência da realidade, inclusive desenvolvendo a idéia de defender o conceito de nacionalidade; de serem tratados não como minorias irresponsáveis, mas como nações que vivem dentro do solo brasileiro e devem dispor e desfrutar das regalias e das proteções de uma nação dentro do País. Já ouvi exposições de alguns desses líderes. Fiquei impressionado, várias vezes, por conseguir ouvir esses indígenas que falam em nome de seus companheiros: a articulação de seu pensamento, o nível de informação que possuem, a objetividade com que descrevem a realidade. Se V. Ex.^a tomarem o livro de um dos dois autores franceses que trataram dos Tupinambás do Norte e Nordeste, encontrarão um diálogo com um chefe indígena.

Esse chefe faz uma descrição das diferentes etapas seguidas pelo processo de colonização, desde a ocupação da terra, desde a presença do branco como amigo, o branco que era recebido e incorporado à família indígena e recebia uma mulher, ate o momento em que ele tira o índio da terra e a fase posterior, em que ele acaba massacrando o indígena. Esse chefe indígena mostra diversidade do indígena para penetrar nos assuntos concretos da vida. Não podemos pensar que os seres humanos são irracionais porque nascem indígenas ou porque nascem africanos, ou porque nascem asiáticos. Os indígenas têm essa capacidade, um documento do século XVII o comprova. O trabalho desses indígenas que hoje se estão ocupando da liderança do movimento indigenista, substituindo os antropólogos, pondo de lado qualquer tipo de assistencialismo por parte da Igreja Católica ou de outras entidades, o trabalho deles é admirável.

Os índios são os melhores advogados da sua própria causa, conhecem a natureza dos problemas que enfrentam e defendem condições que a sociedade brasileira ainda não é suficientemente democratizada para aceitar. Fomos criados na mentalidade de que o indígena é uma pessoa **in natura**. Escrevi um trabalho comparando a criança, o indígena e o louco. Essa era a grande problemática das Ciências Sociais no início do século XX. Combatia esse tema dizendo que envolvia muitos preconceitos contra as crianças, contra o indígena e contra os loucos. Na medida em que os antropólogos deste século comparavam os indígenas, a criança e o louco, por aí já vemos a tendência do branco, mesmo do branco que é cientista, a discriminar a capacidade perceptiva, cognitiva de explicação do mundo do indígena, do primitivo. Se é primitivo, é primitivo em todos os sentidos, isto não é verdadeiro. O limite do ser humano não se define pelo limite de sua civilização. É dado pela capacidade de acumular experiências, enfrentar a experiência nova e de desenvolver, através dessas experiências concretas, sabedoria sobre essas condições de vida que são enfrentadas pelo indivíduo. Esses representantes das comunidades indígenas se autodesignam como nações indígenas, são capazes de trazer para nos, aqui, uma contribuição inestimável, que coloca em xeque a questão de estabelecer uma legislação sobre



minorias. Pensar em minorias é pensar que o Brasil está dividido, e como se fosse uma colcha-de-retalhos.

Minha avó gostava de fazer. Era portuguesa, econômica. Então, tudo quanto era retalho que sobrava de vestido, disso ou daquilo, ela guardava e depois fazia a colcha, forrava a colcha, e ficava uma coisa bonita. No entanto, uma colcha-de-retalhos é uma composição em que as partes não interagem. Considerar um grupo humano como uma minoria é, em certo sentido, dizer que pertence a Nação, mas que, ao mesmo tempo, ele não tem a plenitude dos direitos civis e políticos que são desfrutados por aqueles que formam a maioria desta Nação. Quer dizer, existem cidadãos de primeira categoria e cidadãos que são parte das minorias, e que estão sujeitos a alguma forma de restrição, inclusive constitucional, inclusive de proteção daqueles que se arvoram em consciência do outro. Então, é preciso ir ao fundo desta questão, e os agrupamentos indígenas permitem isto.

Com referência ao negro, tenho tanta coisa a dizer que posso ficar aqui com V. Ex.^a um, dois anos, fazendo exposição, como Professor ou como Companheiro, porque fizemos uma pesquisa, em São Paulo, que deu origem a uns seis ou oito livros. Eu próprio escrevi três, e, em colaboração, como Companheiro, escrevi um quarto livro. Esse Colega Professor escreveu mais uns três independentemente, além da sua tese sobre as religiões afro-brasileiras. O negro é assunto que desperta em mim a vontade de falar e de me estender a seu respeito. Em primeiro lugar, é muito difícil dizer se devemos encarar o negro. Costumava distinguir o negro do mulato. Naquele momento em que a pesquisa foi feita, inclusive na comunidade negra – e a chamávamos "o meio negro" – não existia a consciência do orgulho da cor.

Muitos preferiam ser qualificados de mulato, e não de negro, até que surgiram os primeiros a dizer que preto era carvão, e achava-se que a palavra "preto" era mais delicada. Então, surgiram uns que diziam: não: preto é carvão; eu sou negro. Havia reivindicação de uma condição racial e de uma identidade racial, que foi parcialmente esfacelada, mas que está subjacente à consciência do negro e seu orgulho de ter ancestrais que são africanos. A escravidão destruiu, de forma sistemática, tudo que pôde da cultura dos africanos. Sabem V. Exas. que tivemos africanos de diferentes procedências. Não poderia eu ficar repetindo aqui. Os que quiserem, poderão recorrer a livros. Um dos mais fáceis é o de Artur Ramos, embora existam vários, em que este assunto é debatido. Havia uma razão fundamental para destruir a cultura, assim como a destribalização indígena era um processo para destruir a capacidade do indígena de resistir à colonização; destruir a cultura africana, inclusive a língua, era um elemento fundamental de dominação racial. Se os negros pudessem comunicar-se em linguagem que os brancos não entendessem, poderiam eles combinar formas de rebelião sob os olhos dos brancos, sem que estes as pudessem entender.

Desta forma, era preciso submeter a herança cultural africana e um processo de desmoraonamento e de destruição sistemática. O que sobreviveu subterraneamente, graças à vida na senzala, à sobrevivência de formas mágicas e religiosas de atividade humana, e algumas comunidades que se



isolaram, e hoje são relíquias, descobertas ocasionalmente aqui e ali, e que mantem formas transplantadas de cultura. Na verdade a miscigenação, a transculturação não permitiram uma preservação cultural maciça da herança cultural dos agrupamentos negros, das várias etnias e até de diferentes raças que vieram para o Brasil. Como curiosidade, é preciso dizer que havia negros de cultura superior aos brancos. Na Bahia, havia este fato notável, registrado por muitos especialistas, ou seja, de brancos que não sabiam escrever e que eram servidos por negros que lembravam os antigos escravos gregos utilizados pelos romanos como uma espécie de secretário, de servidor de categoria especial. Importante para nós, na presença africana, foi que a escravidão gerou a necessidade de se tratar o negro como inimigo público, nº um da ordem.

Malheiro Dias, foi o primeiro autor que tratou com coragem, e com precisão, deste assunto, um livro famoso sobre a escravidão africana no Brasil, um livro pioneiro, porque, inclusive, o primeiro no qual a questão do preconceito é mencionada como algo inerente à relação do branco com o negro aqui; um homem que dizia que a escravidão – uma das pretensões dos portugueses e dos brancos brasileiros descendentes de portugueses – que diziam que nunca a nefanda instituição foi tão suave no Brasil.

Agora, pergunto eu: como essa nefanda instituição poderia ser suave em algum lugar do mundo? É preciso colocar-se no lugar do escravo para saber que não existe na escravidão a possibilidade de que ela seja suave. Ela é selvagem, é cruel; desperta no agente da escravidão os piores comportamentos em termos de violência, e desperta na vítima dessa violência uma reação equivalente. O próprio Gilberto Freire, em seu livro mais famoso. "Casa Grande & Senzala." menciona varias formas de violência que resultaram da convivência de negros e brancos dentro dos sobrados, nas relações entre a casa grande e a senzala. E olhem que o retrato dele é parcial; é o retrato da escravidão e da senzala visto da casa grande. Quem o visse de uma perspectiva inversa diria o contrário. Malheiro Dias revelou coisas que são fundamentais para nós, porque cultivamos vários preconceitos. Inclusive, cheguei a escrever em um ensaio, publicado em Portugal, depois reunido no livro "O Negro no Mundo dos Brancos", que cultivamos o preconceito de não ter preconceito: temos vergonha de ter preconceito, e não temos a coragem de combater o preconceito.

Este é um problema grave, um problema ético fundamental. O mais importante é não ter vergonha de ter preconceito, de dizer "tenho preconceito", e depois, se tiver ombridade, enfrentar esse preconceito e extingui-lo, extirpá-lo. O fato de termos preconceito de não ter preconceito nos leva a dizer que não existe preconceito racial no Brasil, que não existe discriminação, que não existe segregação, quando, de fato, essas formas se manifestam da maneira mais destrutiva e perniciosas, porque dissimuladas, ocultas, e, como disse certa vez um grande dirigente da UDN, "o preconceito é legítimo no recesso do lar, ele deve ser cultivado no recesso do lar, e não publicamente, na sociedade". Ora, o que se faz no recesso do lar faz parte da natureza do homem. Malheiro Dias esclarece – e é importante em nossa



discussão – porque acaba, de uma vez, com o mito de que a miscigenação resolveria o processo da condição do negro no Brasil. Houve até quem dissesse que a teoria de Gilberto Freyre a respeito do desaparecimento gradual do negro tem relação com um problema do órgão sexual masculino.

Através desse órgão, acabaríamos produzindo mestiços, e o acasalamento dos mestiços nos levaria aos brancos e, no fim, no Brasil só existiriam brancos. Essa concepção do desaparecimento gradativo do preconceito, da miscigenação e completamente posta à margem pela investigação de Perdigão Malheiros, porque ele mostra que, pelo Direito brasileiro da época, o que prevalecia era o princípio romano de que **servus persona non habet**, quer dizer, um escravo não tem pessoa, e destituído da condição humana da pessoa, é um objeto, propriedade do senhor, e o equivalente do animal, aquilo que os norte-americanos chamavam de gado, e podiam ser utilizados como gado. E foram utilizados assim, até que se chegou a um ponto em que já era difícil substituir o escravo, e os brancos começaram a tomar mais cuidado com essa preciosa propriedade e a criar formas de proteção que permitissem a sobrevivência do negro. Esse princípio de que **servus persona non habet** acabou criando a concepção de que o negro é naturalmente inferior ao branco e isso até os sacerdotes católicos defenderam, de que a função civilizadora do Senhor se realizava através da religião, graças ao Senhor o escravo poderia melhorar a sua qualificação intelectual.

Outro princípio que Malheiros Dias escreve e o do **partus sequitur ventrem**, quer dizer, a origem, o **status** do recém-nascido não é determinado pelo pai, mas pela mãe, então, o senhor podia procriar à vontade, tornava-se um ganhão, e todos os filhos dele acabavam sendo negros e escravos, porque aquele núcleo legal da família branca não era tocado pela miscigenação. O Professor Antônio Cândido de Melo e Souza tem um brilhante estudo sobre a família. Nesse estudo, põe em relevo como o núcleo legal da família branca foi protegido e mantido intacto, independentemente da grande miscigenação que ocorreu na sociedade brasileira. Como a escravidão tinha por base uma relação mercantil, havia duas vias pelas quais o indivíduo podia deixar de ser escravo. Uma era a da crise de consciência. No limite da morte, o senhor branco, cristão, acabava, pelo menos com relação a um, a dois, ou a três dos seus descendentes que tivessem tido maior convivência com ele, acabava desenvolvendo laços afetivos e reconhecendo a paternidade.

No entanto isso nem sempre era observado pelos herdeiros, que, com amparo na lei, ou melhor, ao desamparo da lei, mantinham os seus irmãos na condição de escravos. Às vezes eram reconhecidos, às vezes acontecia de o camarada sair de uma região e ir para outra, e como ele era negro, acabava sendo qualificado como escravo. Se tinha documento, rasgavam o documento dele e ele não podia provar que não era escravo e voltava à escravidão. Esta era uma das vias pelas quais o negro podia ter acesso a condição de homem livre. Outro meio era o pecuniário. Assim como o negro tomava-se escravo através da venda, ele podia tornar-se livre através da compra. Esse processo de aquisição da liberdade era muito difícil, principalmente a partir do momento



em que a instituição do trabalho escravo começa a entrar em crise, disseminase a possibilidade de compra, através de meios de acumulação de pecúlio por negros que trabalhavam em lotes que eram cedidos pelo senhor, através de organizações que foram formadas, com este fito, por brancos de espírito humanitário ou, então, pelos próprios negros e por outros mecanismos. De qualquer maneira, estas eram as duas vias pelas quais o escravo saía da condição de escravo e adquiria a condição de homem livre.

Os levantes aqui tiveram uma grande importância, mas não produziram, como no Caribe, uma corrente de liberação significativa, e é com as leis emancipacionistas e, depois, com a desagregação do trabalho servil, que ocorre antes do advento da promulgação da Lei Áurea, que o negro emerge na condição de homem livre e poderia tornar-se um cidadão. O percurso de tornar-se livre e de chegar a ser cidadão é complicado. No livro que escrevi junto com o Professor Bastide, no capítulo "Do Escravo ao Cidadão" – e o primeiro capítulo do livro – faço uma reconstrução da história econômica de São Paulo e mostro a dificuldade encontrada pelo negro para tornar-se um cidadão igual aos outros. No livro "A Integração do Negro à Sociedade de Classes" procuro demonstrar quais foram as barreiras que surgiram para essa integração. Do ponto de vista do branco, o processo da desagregação da sociedade escravista parecia ser automático, quer dizer, desapareceu a escravidão, todos tornaram-se iguais e, portanto, não há problema racial no Brasil.

Os abolicionistas acabaram caindo na armadilha dessa falsa consciência e abandonaram o negro a sua própria sorte. Em São Paulo só houve um caso de um homem notável, de cujo nome não estou lembrando agora, que manteve um jornal chamado "A Redenção". Ele próprio liderou movimentos que levaram a luta para dentro da senzala. Ele pertencia a uma família de fazendeiros, descendia de barões. A primeira coisa que fez, quando uma irmã dele baronesa deixou a fazenda dela aos encargos dele, foi emancipar todos os escravos da irmã. Esse homem notável manteve esse jornal durante algum tempo e denunciou todas as formas de discriminação e de preconceito que atingiam o negro. No início da vida do negro em São Paulo, os dramas vividos pelo negro eram terríveis, a ponto de, quando tratei dessa fase na reconstrução, no uso dos materiais, às vezes ter de interromper o trabalho porque chorava, não conseguia trabalhar, dramas humanos tremendos.

O caso de um pedreiro que se suicida porque duas filhas são defloradas. Ele vai à polícia e sofre humilhações. Negros que eram pegos na rua, levados à delegacia para terem o cabelo raspado, e outras coisas. De outro lado, no processo de competição com o branco, o que aconteceu? A idéia do trabalho livre na pátria livre acabou favorecendo os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, porque, tendo diante de si a possibilidade de escolher entre a mão-de-obra escrava e a mão-de-obra do imigrante, nos lugares onde havia algum desenvolvimento econômico, o patrão tendia a dar preferência ao trabalhador branco. De outro lado, como mostra a Professora Emília Viotti no trabalho "A colônia e a senzala", o nível de avaliação do



trabalho que foi posto em prática pelos brancos foi de tal ordem que o custo de trabalho livre era equivalente ao custo do trabalho escravo.

O negro se viu, então, diante desta situação: achava que aquilo era uma armadilha que, de fato, ele não adquirira a condição de homem livre e que continuava escravo e, por isso, ele repudiava o trabalho. No repúdio ao trabalho – são coisas que interessam muito ao debate desta subcomissão – porque o trabalho era repudiado? Por que o negro não queria trabalhar? Não é. Ele achava que as formas de trabalho estavam associadas a modalidades de degradação humana que eram comparáveis àquelas que se produziram sob a escravidão. Por isso, repudiava o trabalho. Já a mulher negra, principalmente aquelas que estavam vinculadas ao trabalho no sobrado, não ao trabalho no eito, já tinham uma experiência na relação com o branco, e a crise para a mulher negra foi menor.

Como o Professor Samuel Laurim mostra nos estudos de população de São Paulo, houve um momento que a cidade de São Paulo, como Buenos Aires, era uma cidade de italianos. A maioria da população trabalhadora, 80%, era de origem italiana. Como o negro poderia concorrer com o trabalhador branco? Já a mulher negra tinha condições de trabalhar, porque a maior parte das mulheres brancas estavam protegidas por uma ética pela qual elas deveriam ser donas do lar. E, se cooperavam com o marido no trabalho, era em formas de trabalho cooperativo, que eram fundamentais para a formação do pecúlio e a ascensão social da família. O que vai suceder, então é uma marginalização do negro, que é excluído, não totalmente, mas em proporções muito grandes, do sistema de trabalho livre, e a mulher acaba incorporando-se a um tipo de trabalho subvalorizado, aquele que é definido pelos brancos – que podiam concorrer com trabalhos melhores – como um trabalho sujo.

Até hoje as domésticas não conseguiram definir o seu tipo de trabalho como um trabalho digno e protegido pela lei de forma plena. De qualquer maneira, a mulher tinha uma proteção, ela possuía um meio de vida de subsistência, e é em torno da mulher negra que se vai dar a preservação do meio negro na cidade de São Paulo. De uma forma muito destrutiva porque a mulher negra acaba sendo a fonte de subsistência do homem que não trabalha, vítima da sua incompreensão da realidade, incompreensão que levava o homem a ser o que ele chamava de "coleccionadores de cabaços", quer dizer, o prestígio; ele não tinha onde competir por prestígio; para competir por prestígio, tinha de ser independente, não trabalhar tinha de ficar nas esquinas ou nos bares bebendo e tinha de colecionar cabaços, para mostrar a outros que ele era um homem muito viril.

Dai resultaram outras formas de vida. Àquela época não existiam favelas, existiam moradias coletivas, como o Buraco da Onça, que subsistiu. Quando a nossa pesquisa foi feita, o Buraco da Onça ainda existia. Eu próprio vivi na Bela Vista e convivi com negros e com mulatos, e pude ver as condições terríveis de vida a que eram submetidos. Nas histórias de vida que fizemos há uma pessoa, como Correia Leite, por exemplo, que descreve como viu a violência de mulheres, ele criança pequena por parte de companheiros que viviam naqueles cortiços. Eram chamados cortiços – eram



os cortiços mais medonhos, mais perigosos e nos quais a população estava sujeita a promiscuidade e a condições subumanas de existência. O negro para sair daí teve de travar uma luta tremenda, e uma luta que é muito importante assinalar aqui, porque é a partir do movimento negro que surge a reação a essas condições. Já na década de 10 começam a surgir alguns jornais, mas é na década de 20, na década de 30, que surgem movimentos propriamente organizados e que levam o negro a consciência de que a ordem civil existente no Brasil não conferia ao negro a condição automática de cidadão, e que ele tinha de conquistar, por suas próprias forças, por seus próprios meios, essa condição. Começam as indagações.

O negro se compara com o italiano. Quando o italiano chega aqui, ele chega na mesma situação. Há documentos que mostram a rebelião dos colonos brancos na Fazenda de Ibicaba, a fazenda famosa do Senador Vergueiro. O branco recusa-se a comer em cocho, o branco rejeita viver em senzala, quer casa independente, quer certas condições de vida digna, ele tem o Cônsul para defender os seus direitos, ele faz movimentos de protesto, portanto, tem meios de luta. Então, o negro vai comparar. Como aquele indivíduo que tem o mesmo ponto de partida, depois conquista uma posição respeitável na sociedade, tem filhos educados, inclusive filhos que se tornam médicos, advogados, famílias que se enriquecem e se tornam importantes, e o negro tenta explicar isso.

É a primeira tentativa de explicação e que vai isolar uma das instituições, a família. O negro foi despojado do acesso às instituições que eram compartilhadas pelo branco sob a escravidão. Ele tinha de construir essas instituições por seu próprio esforço. A família deu ao branco imigrante condições de autodefesa e de autoproteção, de solidariedade humana. As comunidades formadas por italianos, por espanhóis, que moravam nos mesmos bairros, também serviam como formas de autoproteção, as associações de auxílio mútuo que surgiram para oferecer meios de recreação, de convivência civilizada, os sindicatos, e várias outras formas, inclusive jornais. Então, o negro vai percorrer esse caminho e vai procurar defender a conquista dessas técnicas sociais, desses valores sociais, dessas instituições de que ele foi privado por causa da escravidão e que ele teria de adquirir através de uma experiência prolongada e muito dura. Ele vai repetir a história do indígena sob o fogo direto do preconceito racial, da discriminação racial, da segregação racial.

As condições eram ainda piores do que as dos indígenas, porque os indígenas podiam preservar a sua identidade cultural pelo isolamento e pela migração. Os negros deviam enfrentar aquela guerra diária, permanente, que dizimava as populações negras sem ter meios de autodefesa coletiva. Aí vai surgir a frente negra brasileira, aí vão surgir as primeiras manifestações escritas em jornais, como é **O Alvorada**, e outros; **O Clarim**, e pessoas abnegadas – Jaime de Aguiar. Correia Leite e etc. – vão escrever sobre o assunto e vão explicar por que os negros não tinham os mesmos direitos que os brancos. Vão surgir também tipos de intelectuais, que eram mestiços, como Arlindo Veiga dos Santos e outros, que levam para o meio negro a idéia



do combate direto, de enfrentar no corpo-a-corpo a desigualdade racial. O negro levanta a bandeira de que ele tinha que ser o supercampeão, tinha que ser aquilo que o branco não é. O branco proclama uma lei que confere igualdade racial a todos, mas a lei não confere.

Então, ele tem que ser o superbranco, ele tem que demonstrar que é capaz de atender essa situação e de defender essas condições para o meio negro. A educação dada para os militantes era esta: se a sua patroa maltratar você, você responde a patroa, se a patroa não quiser pagar-lhe o salário devido, você saia do trabalho: se a patroa fizer isso você replica com aquilo. Tradicionalmente o comportamento do negro era outro. Por exemplo. Martins descreve uma cena chocante de uma senhora negra que, com sua filha, vai visitar a antiga patroa e antiga senhora também, ela tinha sido escrava, e diante de uma senhora veneranda, a antiga patroa disse: Fulana, sente-se. E ela disse: Sentar, senhora?! Desse toco não nasce uma senhora. E ela fica de pé. Outro caso de um dentista mulato, que viveu dentro de uma família branca na Av. Angélica, que, depois de muitos anos, estava ali na vizinhança e vai visitar a família e, na hora do almoço, ele foi muito festejado pelos antigos companheiros, que o tratavam como se fosse irmão; eles já estavam crescidos também, já eram doutores, aí disseram para ele: fique para almoçar. E ele fica. Mas ele já tinha adquirido outra visão da vida; ele esperava que fosse comer com eles na sala-de-jantar. Quando chega a hora de servir, a empregada o leva a copa, lá já estava a sua mesinha pronta com o seu almoço. E ele disse a moça: diga ao senhor beltrano ou fulano que me retiro, porque estou muito atrasado e que agradeço o convite do almoço. E sai sem se despedir dos antigos amigos de infância. Esse momento da luta acaba-se esvaindo. Por quê? Porque não encontra resposta no meio branco.

A luta do negro, essa luta tremenda para que ele se organizasse, se constituíssem naquilo que os antropólogos norte-americanos chamariam de uma minoria organizada, essa luta é solapada na medida em que o meio branco não oferece as condições materiais e humanas para que o negro consiga esse patamar. Como a Frente Negra havia-se registrado como partido, o Estado Novo extermina a Frente Negra, os jornais sobrevivem algum tempo e, depois, a própria luta dos negros sofre um colapso. As condições de imigração se alteraram. A partir de 37 o Estado Novo passa a adotar uma política de migração interna que leva para o Sul populações mestiças e negras do Norte, do nordeste, do Centro, introduzindo maior homogeneidade demográfica na composição das populações e, ao mesmo tempo, oferecendo novas oportunidades de trabalho a grupos que tinham origem racial diferente. Nestas condições, a luta do negro vai sofrer um impacto na sociedade competitiva dos brancos. De um lado, o esforço para manter os movimentos da década de 30 e de 40 cai e o negro e o mulato vão lutar para ter êxito na vida, para ter condições de conquistar um lugar ao sol e de ser gente, que eram os conceitos usados no próprio meio para descrever esta conquista. Por aí se chega a um individualismo desenfreado. Aquele tipo que no 5º capítulo "Integração do Negro na Sociedade de Classe", chama de novo negro, esse



novo negro é um fenômeno específico na história econômica e cultural de São Paulo.

Ele rompe com aquele padrão do negro tradicionalista, submisso, que capitulava passivamente, mas, ao mesmo tempo, volta as costas à solidariedade racial, à luta coletiva, inclusive desenvolve a concepção de que o movimento negro da azar, e o negro tinha que subir enquanto indivíduo e desfrutar, no seio da sua família, as vantagens relativas que conquistara. O drama é tremendo, porque um indivíduo, para ter êxito, a primeira condição era romper com o meio negro, era sair do meio negro. Por quê? Porque, se ficasse no meio negro o sujeito que passasse a ganhar mais, de repente, se via ali infestado; ele tinha a mãe, a esposa, o filho e, de repente, havia mais 4 ou 5 pessoas que iam para lá, se agregavam e passavam a comer do que ele ganhava, e ele não poderia subir. Então, era preciso sair do meio negro. Se tivesse um parente mais escuro, era preciso esconder este parente, e às vezes, até hostilizar uma pessoa, como a mãe, ou deixar algum filho ou irmão mais escuro, quando estava andando na rua, para trás, para aparentar uma condição diferente, quando a pessoa era de mestiçagem mais clara.

Há muitos dramas humanos nessa ascensão social. Ao mesmo tempo esse novo negro é um homem decidido a não aceitar o convencionalismo, não quer ser amigo do branco porque isso dá prestígio. Quer ser amigo do branco se realmente o branco responder a certas exigências de igualdade econômica, social, cultural. Ele vai criar os seus meios recreativos, porque, é claro, ele não pode ir a associações de brancos e também não pode ficar confinado em casa, como se fosse uma prisão. Surge, assim, as associações negras beneficentes, que dão festas nas quais as jovens e os jovens negros e mulatos podiam ter convivência social sem correr o risco do branco de olho na beleza do rapaz e da moça que fosse capaz de destruir o lar construído com tanta dificuldade: vão tentar comprar a casa: vão enfrentar dissabores, porque o vendedor toca a campainha e atende a senhora dona-de-casa e o vendedor diz: por favor, vai chamar a sua senhora que tenho um assunto a tratar. E ela diz: a senhora sou eu. Ai o camarada fica surpreso: Como? A senhora é a senhora?! Ou seja, surgem muitas confusões. Isto tudo mostra a dificuldade pela qual o negro percorre um caminho difícil para se integrar a uma sociedade de classe, na qual ele é um trabalhador assalariado e deveria ser tratado na condição de um trabalhador assalariado.

Nesse contexto surge outra forma de protesto. Na medida em que avança, desaparece aquela forma de solidariedade do passado, baseada no companheirismo, numa colaboração tocante dos negros que eram intelectualizados, e aparece uma nova forma de solidariedade que é muito mais agressiva, muito mais voltada para a forma de luta que surge nos Estados Unidos e com a qual travamos contactos no Brasil por meio de livros e de filmes. Nos Estados Unidos, já na década de 30, o negro começa a combater a visibilidade negativa. Na década de 40 a 50, já começa a lutar por formas mínimas de equidade social, e na década de 60 os movimentos contra a discriminação, contra a segregação, atingem o apogeu.



Nesse contexto, aqui são absorvidos movimentos que não ditavam raízes em nossas condições, mas que levavam o negro a desenvolver aqueles ideais de beleza negra, da aparência africana, da descoberta da identidade racial que o estabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com os países africanos permitiu restabelecer ou estabelecer. Portanto, o Movimento Negro adquire uma nova forma, uma nova agressividade e, ao mesmo tempo, um caráter mais explosivo. Afeta um menor número de pessoas, mas, ao mesmo tempo, essas pessoas já estão tocadas por formas de comportamento radicais que conferiam à violência um significado diferente.

No passado, a violência só era recomendada a um nível muito limitado. Agora não. A violência acaba sendo colocada em termos de luta de classe ou de luta racial inclusive a própria valorização da luta racial entra num nível de cogitação que nunca teve antes entre os negros no Brasil. Vou interromper aqui, porque recebi um recado de que era melhor eu ouvir do que falar. Então, me ponho à disposição dos Srs. para a discussão. Vejam bem, a minha tentativa foi mostrar a história natural de duas minorias, sendo que uma delas não chamaria de minoria, porque chamar o negro e o mulato, dentro de um conceito amplo, de minoria no Brasil, acaba sendo uma confusão léxica. Não é possível ignorar um Estado como a Bahia, que tem 70% de população negra e mulata. Então, onde está a minoria? A minoria é branca e daqueles que querem passar por branco. Estou à disposição dos companheiros para o debate. (Palmas.)